

12º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Regiões
“Recursos - Ordenamento – Desenvolvimento”

Sessão:

“Recursos naturais, Turismo e Ordenamento do Território”

Título:

O potencial das áreas verdes públicas de Juiz de Fora para a conexão com reservas naturais da região

Autores, Instituição e Contato:

GUEDES, Rafael (Arquiteto e Urbanista, UFJF); COLCHETE FILHO, Antonio (DSc.) e MAYA-MONTEIRO, Patricia (Doutoranda em Urbanismo, UFRJ). Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. Contato: UFJF - Faculdade de Engenharia, Curso de Arquitetura e Urbanismo – Martelos – JF/MG, Brasil. CEP: 36.036-330. Telefax: 55.32.3229.3400 e E-mail: arqfilho@globo.com

Resumo (15 linhas):

O objetivo desse artigo é destacar a relevância das áreas verdes públicas em Juiz de Fora, cidade brasileira com quase meio milhão de habitantes, localizada na Zona da Mata mineira. Com aspecto acentuadamente urbano, a cidade dispõe de reservas naturais de grande interesse do ponto de vista ambiental e oferece ainda proximidade com áreas rurais. Nos bairros mais centrais da cidade, embora densos e pouco arborizados, há áreas verdes públicas significativas que se conectam, física ou visualmente, com reservas situadas em áreas de morros ainda preservados. As diferenças de origem e destinação dessas áreas de praças e parques de acesso público e a localização delas na cidade provocam usos bastante diferentes e formas de apropriação também singulares. Deste modo, o uso dos espaços livres pela população, ao mesmo tempo em que estimula a discussão sobre a conservação das reservas naturais em Juiz de Fora, afirma a posição ambígua da cidade, que aglutina forma urbana agressiva e presença intensa da natureza. Portanto, a conexão - simbólica e efetiva - entre espaços públicos acessíveis e reservas naturais próximas, indica o potencial dessas áreas para o uso e fruição da população e como estratégia de atração para o turismo local e regional.

Palavras-chave: Recursos Naturais; Paisagem Urbana; Espaços Verdes.

1. Introdução

“À medida que as cidades se tornaram maiores e mais congestionadas, a distância do campo e a nostalgia da natureza aumentaram, enquanto queixas contra a vida urbana – especialmente a fumaça e o mau cheiro se multiplicaram.” (Spirn, 1995, p. 47).

Assim como é fato que o desenvolvimento das cidades redundou na hegemonia da vida urbana, é consensual que um dos mais graves problemas para o cotidiano é como falta um ambiente favorável à saúde mental humana, principalmente nos grandes centros. De origem e efeitos diretamente físicos estão os problemas ambientais como as ilhas de calor, as inversões térmicas, as enchentes e as chuvas ácidas, ligados à degradação natural. De origem física, mas de efeito psíquico, estão a falta de fluidez, de planejamento, de organização, de harmonia e de ambientes urbanos favoráveis à salubridade mental.

Mas se por um lado alguns o comprometimento da qualidade de vida, por outro, duas ciências, a ecologia e o paisagismo podem atuar para melhorá-la. A evolução da ecologia e sua aplicação, desde a concepção no século XIX, introduziram uma nova componente para o planejamento urbano. Autores como Eugène Odum, na década de 1980, conceberam a cidade como um meio não-artificial, como um ecossistema urbano. A cidade é um ecossistema heterotrófico, em desequilíbrio, que diferentemente de uma floresta, recicla pouco seus meios energéticos e matérias, oriundos de outros ecossistemas, interferindo sensivelmente nos fenômenos naturais locais. Nessa lógica, as grandes áreas verdes (significando extensões permeáveis recobertas por vegetação densa) são elementos essenciais no controle da qualidade do ar, da temperatura e volume de águas pluviais do solo¹.

Já o paisagismo cuida da concepção, criação e transformação dos espaços abertos, ordena, cria hierarquias, ambientes para o convívio do homem, utilizando elementos concretos, bióticos ou não. Com relação à história e evolução das cidades o paisagismo nasce associado aos jardins particulares e posteriormente aos jardins e parques públicos. Neste caso sua imagem é indissociável dos elementos botânicos, das massas vegetais, e

¹ “Ecologia”, de origem grega, “oikos”, casa e “logos”, estudo, significa o estudo dos seres vivos e o habitat, com ênfase no padrão das relações entre ambos. O habitat, ambiente que abriga os seres e cedia as relações se define como “ecossistema”, bem representado pelas florestas, lagos e mares. O ecossistema é por sua vez, um meio de fluxo energético e material, cuja renovação ou dispersão depende dos seres autotróficos, as plantas e algas (Odum, 1988, p.2).

logo das áreas verdes. A existência dos jardins e parques públicos também sempre teve o propósito e uso para o lazer, sustentando em geral o contato com a natureza, aliviando o estresse da rotina urbana².

Há, então, uma relação potencial entre paisagismo e ecologia, no planejamento urbano, na medida em que ambos consideram as áreas verdes para a melhoria da qualidade de vida, respectivamente no âmbito físico e psíquico. Alguns projetos vêm comprovando esse duplo significado das áreas naturais. No Brasil, por exemplo, diversos projetos para parques na orla da Lagoa da Tijuca, no Rio de Janeiro, de autoria de Fernando Chacel (2001), contemplam a necessidade de preservação de ecossistemas costeiros ao mesmo tempo em que são oferecidas opções de lazer e educação ambiental em um único espaço. Edificações, trilhas e outras estruturas seguem uma fluidez e hierarquia que privilegiam a contemplação da natureza e identidade local, além de potencializar o interesse turístico.

As áreas, se adequadamente protegidas e gerenciadas, trazem poucas despesas, a partir do momento em que recebem recursos financeiros exclusivos e demandam pouca manutenção da vegetação. A lógica não é a contemplação de jardins, mas da natureza autóctone, das suas relações, de seu ecossistema. Em outras palavras, ser ecológico é também ser econômico e buscar em sua essência, sob alguma forma, a compreensão da melhor relação entre seres vivos e o meio ambiente.

Apesar de pequenos e isolados, projetos que se alinham à natureza têm como maior mérito o aproveitamento e a preservação do meio ambiente. Futuramente, áreas maiores poderão seguir o mesmo paradigma. Com certeza, ao mesmo tempo em que se amadurece essa visão do planejamento paisagístico e urbano cresce o interesse pelo ecoturismo. A Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro está entre as maiores florestas urbanas e entre seus usos mais diversos abriga esse tipo de visitação, com alto número de usuários.

Desta forma, este artigo procura através de um estudo de caso destacar a importância das grandes reservas naturais urbanas, como fragmentos de florestas e outros biomas, apoiando-se para tanto na esfera paisagística e ambiental, procurando estabelecer conexões de significado entre ambas. Para tanto, foi escolhida a cidade de Juiz de Fora,

² Para mais referências sobre conceitos e história do paisagismo, ver Meinig (1979), Laurie (1983) e Magalhães (2001) e sobre paisagismo no Brasil ver Macedo (1999).

cujo quadro tipicamente urbano oferece uma relevante particularidade, que é a presença de extensas reservas naturais junto à zona urbana.

2. Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora possui uma área de 1.429,8 km² e uma população que gira em torno de 500.000 habitantes. Situa-se no estado de Minas Gerais, sudeste brasileiro, em região montanhosa, com altitudes próximas a 1.000 m. A história do povoado se inicia na época das bandeiras paulistas, com a construção do “Caminho Novo”, por Rodrigo Paes Leme, em 1704, que foi a origem de diversas cidades e um grande passo para a ocupação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. A intenção era o melhor escoamento do ouro produzido no interior para o porto do Rio de Janeiro, de onde partiria para a metrópole, Portugal³.

Da construção do primeiro caminho às várias ferrovias e estradas de rodagem, a cidade se desenvolveu em ponto estratégico, com a indústria local com o papel de entreposto comercial. Atualmente, passa por momentos difíceis em sua economia, conseqüência da crise de toda uma microrregião polarizada.

A cultura essencialmente urbana influencia a própria política de ocupação do solo. 56% de superfície são destinados à expansão urbana, ou seja, há apenas 44% de área rural (ver Mapa 1). O crescimento urbano que se restringia às áreas menos acidentadas do Vale do Rio Paraíba, agora lança novas frentes de expansão, pelos declives e altiplanos vizinhos, em especial pela direção sudoeste. É nos remanescentes verdes e áreas favoráveis à implementação de nova vegetação que se fundamentam as maiores preocupações com o crescimento desordenado. Áreas geologicamente impróprias à ocupação são as mesmas onde ainda resiste boa parte da vegetação original, a Mata Atlântica, floresta tropical densa e rica em biodiversidade, outrora protegida pela geografia local, e que hoje já dispõe de poucas áreas para a expansão do perímetro construído.

³ Sobre a história de Juiz de Fora ver especialmente Oliveira (1966), e sobre os aspectos urbanos diagnosticados, ver Plano Diretor de Juiz de Fora (1999) e o Anuário Estatístico da região (UFJF, 2002), bases que orientam nossas análises.

3. As reservas naturais de Juiz de Fora

Segundo o Plano Diretor de Juiz de Fora (*op.cit.*) dos 10% de área verde da cidade, ou seja, áreas permeáveis recobertas por vegetação densa, arbórea, 9% são remanescentes naturais, com pouca ou nenhuma ação de reflorestamento, sendo a distribuição da cobertura vegetal bem heterogênea. É importante lembrar que a OMS (Organização Mundial de Saúde) define como o ideal, uma extensão de 12m² de área verde por habitante. Uma média entre o território e a população resultaria em uma demanda de 30% de todo o território coberto por vegetação densa.

Contudo, toda a porção territorial, seja ela rural ou urbana, é deficitária. Entretanto, chama a atenção para o município o fato de que boa parte dessa cobertura se organiza em razoáveis extensões, formando massas que ultrapassam os 60ha, a maior parte delas no distrito sede, fazendo limite direto com as manchas urbanizadas. Logo, ao mesmo tempo em que há pouquíssima distribuição de cobertura verde nas áreas propriamente urbanizadas, a proximidade com extensões verdes em uma determinada configuração geográfica as favorece em um plano maior. Em linhas gerais é possível dizer que o perímetro do distrito sede guarda maior cobertura vegetal do que áreas rurais (Guedes, 2005). Esse aspecto confere à paisagem da cidade uma proximidade visual com áreas naturais, mesmo que isso não represente uma mais-valia para a qualidade do ar na cidade (Costa & Ferreira, 2005).

As reservas naturais são importantes sob diversos pontos de vista. Sob o ponto de vista biológico, são florestas secundárias, exemplos de processos de auto-regeneração avançada, com alta biodiversidade. Precedem a diversas atividades agrárias tradicionais em declínio, como a monocultura do café e a pecuária bovina extensiva. Sob o ponto de vista paisagístico, participam muitas vezes da composição urbanística, tanto como plano de fundo sobreposto, como elemento limítrofe, conferindo características estéticas e formais, atuando como elementos referenciais e de organização do contexto urbano.

Sob o ponto de vista ecológico, três fatores conferem importância. O primeiro é o fato de resguardarem áreas com declividades superiores a 30%, onde a ocupação sofre severas restrições. O segundo é o fato de ocuparem importantes divisores de águas, cabeceiras de micro-bacias e cursos de água, enquanto o abastecimento pode estar em

risco a partir da década seguinte. O terceiro fator, e não menos importante, é a interação com conforto climático no município, que conforme estudos recentes vêm tentando amenizar o crescente problema da qualidade do ar, graças a sua extensão. Todos esses fatores são reconhecidos pelo Plano Diretor municipal (ver Mapa 2).

Apesar da importância dessas áreas para a qualidade de vida na cidade, as reservas vêm sendo degradadas, num processo relacionado com a urbanização mal planejada. Uma primeira causa é de ordem política. Conforme verifica o próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em Juiz de Fora, há pouca adequação aos novos parâmetros nacionais, apenas declarações de interesse ambiental, leis ou decretos municipais, muito falhos e pouco efetivos. Os novos parâmetros se referem ao “SNUC” – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que definiu, em 2000, as categorias e regulamentos oficiais para a preservação de áreas verdes. O resultado é a baixa aquisição de verbas para administração, estatuto pouco rígido e implementação adequada de novas áreas⁴.

Uma segunda causa é de ordem física e social, consequência mais imediata da aproximação da ocupação com as reservas naturais. Há aumento de queimadas criminosas, de acúmulo de lixo, de deslizamentos, introdução de espécies exóticas nocivas, assim como apropriações indevidas de áreas limítrofes, o usufruto irregular pela caça e a coleta de exemplares botânicos.

Uma terceira causa é de ordem essencialmente ecológica. Atualmente é recomendável a implementação de “zonas tampão”, zonas de redução de impacto externo. Elas configuram como cordões, cuja largura dever ser de 10% da largura média da área preservada em questão. No atual contexto urbano, isto já não é mais possível em muitos pontos por menores que sejam as faixas adotadas. Internamente essas áreas constituem ecossistemas naturais cada vez mais isolados entre si, enquanto os interstícios livres vêm sendo preenchidos pela malha urbana – o confinamento genético de espécies a ambientes relativamente pequenos pode ser um fator de ameaça de extinção e desequilíbrio.

Dentre as principais reservas naturais destacamos, a seguir, as maiores e mais importantes, por representarem bem as características gerais anteriormente mencionadas.

⁴ Grande parte dessas observações faz parte da pesquisa de campo de Guedes (*op.cit.*), quando foi realizada uma série de entrevistas com diversos representantes de instituições, técnicos em meio ambiente, além de moradores das áreas próximas às reservas.

Morro do Imperador

O Morro do Imperador é a área mais notável, tanto sob o ponto de vista físico, como pelo notável valor cênico e pelo valor histórico e cultural para o município. D. Pedro II, imperador brasileiro no século XIX, deslumbrado com o panorama, decretou que ali fosse estabelecido um mirante. O lugar passou então a ser conhecido como Morro do Imperador (Oliveira, 1966). A presença do morro na paisagem urbana atribui valor estético e forma um referencial de orientação na paisagem, uma vez que ele marca o poente. Está quase sempre associado ao Mirante Sales de Oliveira, logradouro que ocupa o acme, palco de importantes acontecimentos, o que forma uma imagem corporativa como um todo.

Os prédios modernistas da uma antiga emissora de TV do mirante e as antigas instalações de um restaurante, além de uma capela do início do século XX, compõem o conjunto arquitetônico tombado do local conforme decreto municipal. A lei municipal 5650(1996) tombou uma área de 78 ha e restringiu todas as construções locais a avaliação para quaisquer modificações, assim como o escalpo ocupado por densa vegetação, sujeita áreas adjacentes a restrições construtivas, permitindo edificações com até 9 metros de altura. O decreto assegura também uma importante relação visual entre o morro e o centro histórico e político da cidade, o Parque Halfeld. Segundo a lei, nenhuma nova construção entre ambos pode obstruir a visibilidade de um em relação ao outro.

Apesar do estado de conservação regular, o lugar é bastante freqüentado, principalmente durante os fins de semana. Outra atividade que chama a atenção é o programa “Viver Juiz de Fora”, promovido pela Gestão de Fomento à Indústria, Comércio e Turismo da cidade. O programa realiza visitas gratuitas e guiadas pelos diversos pontos turísticos da cidade, permanecendo no mirante por cerca de uma hora.

Uma extensa rede de trilhas, a maioria improvisada, liga o lugar ao centro da cidade e também à Universidade Federal de Juiz de Fora. Algumas com percurso bastante íngreme, outras mais suaves, ocupando ora trechos de antigas estradas, ora trechos improvisados. Caminhadas ecológicas coletivas, Institucionais ou não, são muito comuns e têm quase sempre o mirante como ponto de chegada ou de partida.

A vocação para o ecoturismo e esportes radicais, como o *pára-glyder* vem crescendo nos últimos anos. O número de visitantes aumentou, tendo, entretanto pouca infra-estrutura local, o que compromete a preservação do patrimônio natural. O último grande incêndio, em setembro de 2004, que consumiu boa parte da reserva tem indicadores criminosos e começou em uma dessas trilhas. Em agosto deste ano a Trilha do Tostão, a mais famosa vai sediar a primeira maratona de “Down Hill”, esporte ciclístico, com apelo temático voltado à preservação local e o alerta às queimadas que se concentram na mesma época do evento.

Segundo Guedes (*op.cit.*), o morro é uma prova de que a degradação não está ligada apenas à pobreza, com a invasão de reservas naturais para a construção de habitação social. Seu instrumento de tombamento torna-se tão ineficaz a ponto de permitir o avanço dos condomínios fechados, de classe média alta, pelos interstícios mais inóspitos do morro, sequer distinguindo os limites entre áreas verdes e pastos, na medida em que muitos processos de regeneração relativamente avançados não são considerados reservas naturais.

O Vale do Ipê

A designação “Vale do Ipê” é utilizada para uma região que faz parte da área de preservação do Morro do Imperador, compreendendo um vale vizinho, cujas encostas se encontram em relativo grau de conservação. Esse fundo do vale é ocupado por residências de classe média alta, já construídas no local há muito tempo. Chama a atenção como a localização de algumas casas está em encostas íngremes, além da poluição do córrego de São Pedro, que passa pelo local e o desrespeito à faixa de preservação, ocupada pelos quintais das casas. Recentemente poluído, o córrego ainda configura uma bela paisagem junto à vegetação, em sua queda, conhecida como cachoeira do Ipê, outrora muito visitada.

O Parque Ecológico da Lajinha

Conforme informações coletadas no setor de memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes⁵, o parque foi criado na década de 1980, ocasião em que foi removido um assentamento irregular, pelo Decreto Municipal 2115/78. A principal justificativa das autoridades municipais da época era a defesa de mananciais locais, de boa qualidade, essenciais para o abastecimento de uma região mais alta da cidade, atualmente, vetor de maior crescimento. O Decreto Municipal 2733/82 lhe atribuiu o nome e a função de parque.

De fato, foram verificadas em estudo de campo várias nascentes no Parque e um ribeirão que corre em um pequeno vale florestado, cujas águas são represadas no próprio parque e depois afluem na bacia do córrego Ipiranga. Um dos prováveis motivos de tamanha abundância hídrica pode ser atribuído à presença de uma grande floresta, em estágio avançado de regeneração e a conservação de um platô adjacente, que embora não esteja provido de vegetação apropriada, está livre dos assentamentos e acima dos olhos d'água.

O Parque, de 60,8 ha tem metade de sua área coberta por florestas. Em uma colina suave, desprovida de vegetação nativa, ajardinada, está a maioria das edificações; nas depressões, encontram-se um ribeirão e o lago. Foi recentemente adequado ao SNUC, na categoria de Parque Municipal.

Dentre as edificações encontram-se sanitários, cantina, vestiários esportivos, almoxarifado para material de jardinagem, um coreto, e uma cobertura que abriga o antigo bonde que circulava no centro da cidade. Estas edificações, no entanto não oferecem ao Parque qualquer auxílio à sua função ecológica e estão em estado ruim de conservação. Verifica-se atualmente para o parque o desenvolvimento de atividades esportivas e utilização do parque infantil como alternativas de lazer das comunidades carentes do local. São atividades como o ciclismo nas trilhas e o futebol no campo gramado, que está sempre cheio.

⁵ Nessa biblioteca, encontram-se várias reportagens dos principais jornais de circulação local. Muitas dessas reportagens remontam a história local enquanto outras, mais atuais, destacam decisões recentes que interferem na cidade.

Recentemente, a Prefeitura em parceria com grandes grupos estatais implantou o que define como a primeira fase de consolidação do Parque ecológico – o Cedam – Centro de Educação Ambiental. Seu objetivo é ser referência em documentação e informação sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, dando apoio a estudos relativos à educação ambiental.

Outras atividades verificadas foram a pesca amadora no lago e a natação (não autorizada) em suas águas. Por sinal, a visita ecológica é um propósito pouco recorrente ao visitante comum, que conforme constatado no lugar, procura o parque como um lugar sossegado para passear, embora possa contemplar a natureza local, sem fazer idéia de sua significância ecológica. Uma prova disso é o abandono de certas trilhas que percorrem trechos de mata, abrindo espaço para a promiscuidade e prática inadequada de rituais religiosos.

A consolidação de um parque ecológico no local é um esforço contínuo das autoridades municipais. De acordo com reportagem recente, existem numerosos projetos para reflorestamentos do restante da área, implantação de um parque zoobotânico, orquidário e centros de comercialização de mudas, em que participariam as iniciativas públicas e grandes grupos empresariais. Entretanto, enquanto a proposta não se afirma, a cidade e a população aguardam aquilo que poderia ser uma iniciativa importante para aliar a preservação ecológica e o lazer urbano.

Mata do Krambeck

Com 369 ha, a Mata do Krambeck é uma das maiores florestas urbanas do mundo, dentre as cercadas por limites urbanizados. Reúne áreas de posse pública e privada e foi criada pela Lei Estadual 10943/92, quando ainda possuía originalmente uma área de 374,1 ha, constituída pelas fazendas Retiro Novo, Retiro Velho e Malícia. A Lei Estadual 11336/93 reafirmou a APA - Área de Preservação Ambiental, excluindo, no entanto, a fazenda Malícia, restando como APA uma área de 291,9 ha. Esta, além de importantes funções ambientais, serve de refúgio para a fauna silvestre, e é supervisionada pela FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. A legislação proíbe ações de degradação ambiental

e execução de obras que possam ameaçar o equilíbrio ecológico, como a supressão total ou parcial de sua cobertura vegetal. É a área mais de acordo com o SNUC na cidade.

A Mata do Krambeck é, sobretudo, marcante no contexto da cidade. Graças ao limite imposto pelo Rio Paraibuna à ocupação, ela existe e permite hoje ser acompanhada por uma longa extensão da avenida marginal, do outro lado do rio. Ela é também um dos poucos remanescentes de matas ciliares, abrigando, em seu sistema misto de lagos e rio, uma fauna interessante, que pode ser vista com frequência através da margem urbanizada.

O encurtamento da APA é motivo de grande polêmica. Ao mesmo tempo em que suas causas não se tornam públicas e gera suspeitas sobre corrupção e ações ilícitas, enfraquecendo a crença em uma legislação eficaz, ele demonstra a revolta e a ação voluntária de uma população que já desperta para as causas ambientais. O atual projeto para um condomínio “ecológico” na Fazenda Malícia foi suspenso graças à mobilização das comunidades do entorno, apesar da população nunca ter usufruído diretamente da área, fechada a qualquer tipo de visitação pública.

Reserva Biológica Municipal de Santa Cândida

Implantada pelo Decreto Municipal 2904/83 possui uma área total de 113,3 ha. A legislação estabelece como objetivos, a preservação e a proteção de recursos naturais, e os usos permitidos são somente os destinados para fins científicos, culturais e educacionais.

É uma área estratégica, por proteger importantes mananciais e estar em uma região extremamente degradada pela imensa cratera de antigas obras para um estádio que não chegou a ser construído. É, porém constantemente ameaçada pelas ações criminosas de vândalos, conseqüência direta da proximidade com diversos assentamentos, muitos de baixa renda. Contudo, devido à relativa distância do centro, é uma área pouco conhecida.

Reserva Biológica Municipal do Poço D’Antas

Criada pelo Decreto Municipal 2794/82, possui uma área de 277 ha. A legislação também estabelece como objetivos, a preservação e a proteção de recursos naturais e indica

como usos permitidos somente os destinados aos fins científicos e culturais, mediante licença do Poder Público Municipal.

Cumpram uma importante função ecológica, abrigando flora e fauna diversificadas e contribuindo, também, para o equilíbrio climatológico. Abriga as nascentes do Córrego D'Antas, responsável por 2% do abastecimento de água do município. A legislação não lhe atribui finalidades recreativas, sendo admitido, apenas, atividades para fins educacionais. A evolução nos processos de regeneração acontecidos nos últimos anos acabaram integrando-a à Fazenda da Floresta, uma área rural de propriedade particular, constituindo um único ecossistema.

4. As Áreas Verdes Públicas de Juiz de Fora

Este tópico procura destacar as maiores e principais áreas públicas do município, isto é, aquelas que atendem às necessidades sociais, desempenhando função de lazer e proporcionando, ao mesmo tempo, o contato com a natureza. Considera-se como área pública, não apenas aquelas áreas sob o status da propriedade pública, mas sob a ótica da acessibilidade pública. Assim, as áreas públicas devem ter visitação aberta, independentemente de possuírem horários determinados para visitação (ver Mapa 3).

Podemos observar que são poucas as áreas com essas características. Das maiores áreas apenas uma, o Parque da Lajinha é essencialmente público, na medida em que as demais não são de posse pública, mas não permitem o livre acesso e o pleno desenvolvimento de atividades de lazer.

Das áreas de porte um pouco menor, se verifica que todas são propriedades particulares, como sítios e áreas de grande latifúndio, que apesar da inserção em zona urbana, preservam certas características rurais, tendo, entre elas, um distanciamento e uma acessibilidade física menor. Das menores áreas, a maioria constitui miolos de quadra, do somatório dos quintais residenciais, áreas de servidão fechadas por assentamentos (taludes de difícil acesso) e no restante dos casos cercadas por zonas de ocupação tipicamente “granjeira” (espécie de casas de campo, para os fins de semana), áreas de baixa densidade demográfica, como ocorre no entorno mais imediato da aglomeração urbana. Além disso,

muitas têm grande dificuldade de acesso, em função do relevo acidentado característico da região.

Das áreas públicas, a grande maioria não ultrapassa o tamanho de dois hectares. São oito praças e parques destacados, que atendem diretamente a região mais adensada da cidade. Sua distribuição é irregular, estando muitos núcleos e áreas da cidade com pouca ou sem qualquer opção de lazer público. Dessas, algumas se destacam a seguir.

Parque Halfeld

O parque, que na verdade mais parece uma praça em função de sua morfologia, tem apenas um hectare e meio, e é densamente coberto por árvores antigas no seu perímetro. É o principal da cidade, marcando o início do centro cívico e econômico. Por ser inteiramente aberto, sem grades ou muros, funciona como um lugar de passagem, onde é possível a parada para descansos, encontros e socialização, sendo a permanência mais prolongada muito procurada pela população idosa. Também se desenvolvem eventos cívicos, sociais comerciais e feiras permanentes de artesanato, pois há um grande vazio na área central do parque. Os equipamentos de apoio funcionam bem, estando os maiores problemas relacionados a causas externas, como a prostituição, principalmente no período noturno.

A partir do Parque é possível obter visadas parciais do Morro do Imperador, de forma que a sobreposição das paisagens sob a maioria dos ângulos parece formar um continuum. A área é um ponto de concentração importante da cidade, pois funciona articulada ao calçadão de pedestres também chamado Halfeld (uma das famílias fundadoras da cidade). Nos anos 1980 sofreu intervenção da paisagista brasileira Rosa Grená Kliass, que procurou valorizar no projeto os aspectos pitorescos do projeto original dos anos 1900.

Parque e Museu Mariano Procópio

É a maior área verde pública da cidade, com 9ha de área. O conjunto é de meados do século XIX. Pertence ao município e é tombado por lei estadual, possuindo grande valor histórico, tanto em nível municipal como nacional. Mariano Procópio, seu grande idealizador e proprietário foi uma figura essencial na formação de Juiz de Fora, além de ter

seu papel relevante para o Império de D. Pedro II. Segundo o IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, a construção abriga o segundo acervo de obras de arte e mobiliário do período imperial.

Todo o terreno livre é conhecido como parque. Basicamente existe uma colina no meio de um terreno regular quadrilátero, sobre a qual está a antiga residência apalacetada, conhecida como vila, e um extenso bosque circundante. Junto à área plana há um lago com algumas ilhotas. É em torno do lago que se organizam as principais estruturas de apoio. As atividades mais comuns são a visita ao museu, as caminhadas e corridas esportivas, o uso dos equipamentos de diversão infantil e o próprio contato com a exuberante natureza local, um bosque de antigos exemplares arbóreos, diversificado, com algumas espécies de primatas e outros animais exóticos. O usufruto pela comunidade local também é grande, mas a preservação e segurança são precárias, com várias denúncias de prostituição nas áreas mais fechadas.

O projeto paisagístico original é atribuído a Auguste François Marie Glaziou, mas há controvérsias. O jardim tem inspiração nos jardins ingleses, mas a relva e o bosque tão característicos do modelo, já não se encontra como concebido, embora o ambiente ainda guarde um expressivo apelo romântico e nostálgico.

O funcionamento se dá durante o dia, não estando aberto às segundas-feiras. Infelizmente, o lugar vem se degradando e os antigos botes para passeio no lago foram removidos. As trilhas se encontram gastas – sinal de uma sobrecarga na visita local e do quanto sua infra-estrutura está inadequada.

O campus da Universidade Federal de Juiz de Fora

O campus, fundado na década de 1960, contém diversas edificações, amplos espaços livres, vários fragmentos de mata nativa e um grande lago central. A localização em terras altas lhe confere um clima mais ameno, em torno de dois graus centígrados a menos que no centro da cidade.

Apesar da função institucional educativa, o local, que tem seu sistema viário permanentemente aberto e serve como rota de trânsito para a região oeste e sudoeste de Juiz

de Fora, desenvolve usos diversificados, ligados ao lazer público, que participa como forte identificador do lugar. As principais oportunidades de lazer estão na ciclovia, recentemente inaugurada, no centro olímpico, na praça central e na grande calçada em torno do lago, utilizada para caminhadas, atraindo o público de diversas classes sociais e idades. A praça central oferece boa infra-estrutura como banheiros, bebedouros, caixas eletrônicas, biblioteca e galeria de arte. O campus é protegido por seguranças próprios, pois é área federal.

A comunidade carente do entorno encontra ainda outras opções de lazer nos diversos eventos culturais promovidos periodicamente na praça central. Chama a atenção o fato de ser um lugar menos acessível que os demais. Porém, possui uma ótima imagem no contexto municipal. Outro aspecto curioso é a existência de belas trilhas (mas pouco conhecidas) que ligam diretamente o campus ao Mirante Sales de Oliveira (Morro do Imperador).

Praça General Augustin Justo

Também conhecida como “Pracinha do Léo”, nome herdado do bar que fica ao lado, é um dos logradouros mais familiares e conhecidos. O formato quadrado e pequeno abriga além de antigas tipuanas, cobertas por lianas, alguns equipamentos como bancos e brinquedos. É um ambiente bastante sombreado, e por causa do bar, atrai muita gente. Nos fins de semana, quando o bar funciona mais, as cadeiras e mesas são postas na praça, sob as árvores, sendo sempre ocupadas por pessoas de várias faixas etárias e tipos sociais. A sensação de segurança faz com que muitas famílias procurem o lugar como opção de lazer.

Praça Pedro Marques

Conhecida pela presença da Igreja Melquita (católica ortodoxa), desenvolve a predominante função de praça de bairro. Outra facilidade do local é a localização de um ponto de táxi. O lugar oferece um interessante ponto de vista do Morro do Imperador. A praça é muito utilizada pelos moradores do entorno, já que está numa área bastante

adensada, com vários prédios de gabarito em torno de dez pavimentos. O fato de ser uma praça em declive, não prejudica também que seja utilizada em festas e eventos sazonais.

Largo do Riachuelo

Também conhecido como Praça do Riachuelo, o lugar é tão antigo quanto a própria cidade e se modificou bastante ao longo dos anos. O formato retangular básico é recoberto por um denso arvoredo, que contrasta com a turbulenta paisagem urbana em volta. O lugar está bastante desvalorizado e depreciado. É um ponto nodal de trânsito, com alto grau de poluição do ar, sonora e visual.

Dois equipamentos marcam o lugar – um monumento aos soldados da segunda guerra (construído no lugar de uma escola para crianças) e um posto policial. O único uso expressivo é como ponto de passagem e parada rápida. Por estar numa zona periférica do centro, a frequência do público é diversa, sendo muita utilizada por uma população de baixa renda e desocupados.

Praça Presidente Antônio Carlos

É também conhecida como “Praça do Canhão”, por abrigar antigos canhões do exército, que possui sede ao lado. O lugar abriga um expressivo e histórico conjunto arquitetônico do início do século XX. Recentemente revitalizada, vem sendo muito utilizada para eventos sociais, culturais e como forma de lazer no centro, graças à pista de *skate*.

Conta com bons equipamentos de apoio apesar do freqüente vandalismo. O principal público é o adulto e o jovem. Há na praça um bar particular, que apresenta música ao vivo, que é bastante freqüentado. Tornou-se uma alternativa para eventos em Juiz de Fora, poupando o Parque Halfeld, que se localiza no entroncamento principal da cidade.

Praça Jarbas Lery

De todos os exemplos mencionados aqui, essa é a área que mais concentra equipamentos de lazer na região central, apesar de não contar com grande espaço físico. Localiza-se no bairro São Mateus, próximo ao centro e não pode ser simplesmente considerada como uma típica praça de bairro. Atende tanto a um público maior, em geral de passagem, como aquele residente no local ou que vem para utilizar equipamentos como a quadra e pista de *skate*. É também conhecida por ser ponto de parada para ônibus interestaduais. Permanece freqüentada a maior parte do dia, pois possui uma pequena quadra polivalente e um parquinho infantil que são muito procurados.

Praça Presidente Médici

É uma praça de bairro típica, localizada em bairro próximo ao centro (Bom Pastor), cujo planejamento é da década de 1960 e não permite funções comerciais. É uma ampla área verde pública, se comparada a outras praças da cidade. A população do bairro de classe média alta pouco utiliza a área, que está sempre vazia ou subutilizada, já que conta com um clube próximo. É local conhecido por constantes furtos e pela presença de usuários de drogas. Atualmente passou por uma reforma, que previu, apenas, além dos bancos já existentes, um novo playground e pista de caminhada.

5. Conclusões

Ao destacarmos as áreas verdes públicas de Juiz de Fora procuramos articular a possibilidade de maior conexão com as reservas naturais da região. Sem dúvida, o baixo índice de áreas verdes na cidade, indica revisões urgentes no planejamento urbano, vista a grande importância de preservação das reservas naturais e a grande necessidade de mais áreas verdes públicas para o desenvolvimento do bem estar local.

A medida mais urgente é proteger as reservas para que se possa evitar perdas ainda maiores para a qualidade de vida. Para tal, é preciso rever os instrumentos legais de proteção, mais de acordo com as novas resoluções ambientais, assim como prover novas diretrizes e legislações urbanísticas que resguardem todas as áreas de interesse ambiental –

tanto as áreas recobertas de vegetação, quanto aquelas diretamente relacionadas ao equilíbrio ambiental. A atual expansão de zonas de baixa densidade populacional é algo que precisa ser pensado, na medida em que o consumo de precioso território leva não só à convivência indesejada com as reservas (que atrai usos impróprios), como ao seu confinamento periférico.

Dentro da lógica desse potencial, é interessante pensar em unir os diversos fragmentos de matas por meio dos diversos interstícios ainda livres, garantindo zonas de proteção de impacto (“zonas-tampão”) e conexões físicas que garantam maior biodiversidade e conseqüentemente uma melhor composição da paisagem. Esta medida já é uma realidade regional, a partir do projeto federal chamado Corredores Ecológicos do Brasil que prevê conexões de fragmentos da Mata Atlântica na região de Juiz de Fora, inclusive⁶. Desta forma, pode-se utilizar áreas desfavoráveis para assentamentos, bem como, garantir o usufruto sustentável das novas áreas reflorestadas.

A política, porém, não deve se deter apenas a medidas legais ou práticas locais – é preciso conscientizar a própria população da sua importância ecológica. Sob esta ótica é que pode ser pensado o usufruto público como forma de conscientização e reconhecimento popular através da sensação de posse, em um sentido positivo do termo, relacionado ao aspecto afetivo com aquilo que é público. Assim, o estatuto, a organização e a implementação de melhorias poderiam levar em conta a esfera social (De Angelis, 2004).

Outra opção para ampliação do potencial ambiental na região é a criação de diversos corredores verdes, que podem atuar como elementos de papel ambiental e paisagístico, incorporando os diversos usos e tipologias de equipamentos compatíveis para tal propósito, como pequenos parques, condomínios habitacionais com áreas verdes etc. Esta absorção não se refere apenas a programas, mas literalmente aos elementos construídos da malha urbana, que conforme suas relações culturais, físicas e visuais com o objeto de proteção, podem por meio de novas intervenções fortalecer este elo.

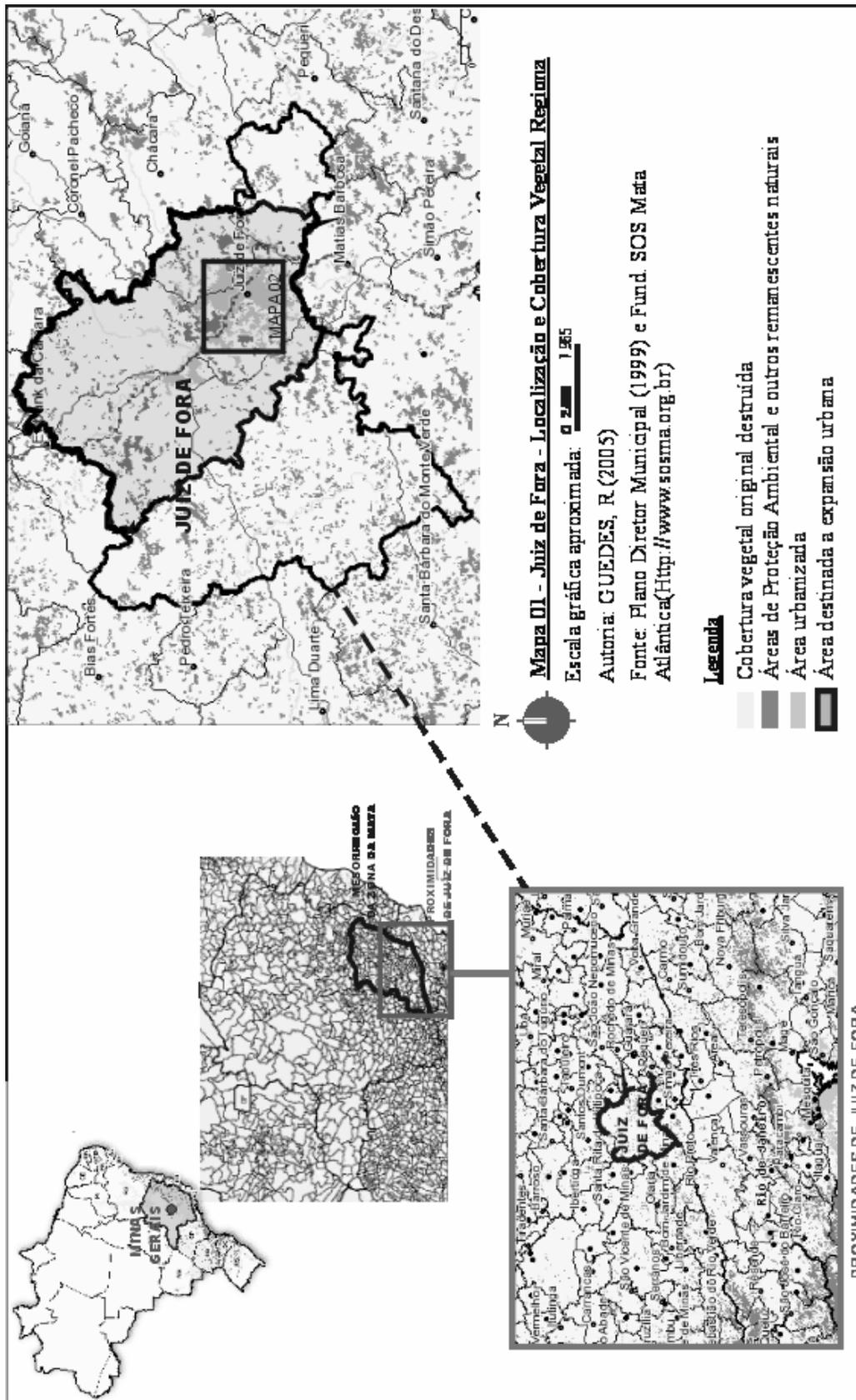
Como exemplo, pode-se citar uma possível intervenção no Mirante Sales de Oliveira voltada para uma relação de contemplação da natureza local, o Morro do Imperador, pela instalação de novos equipamentos de apoio, elaboração de uma linguagem

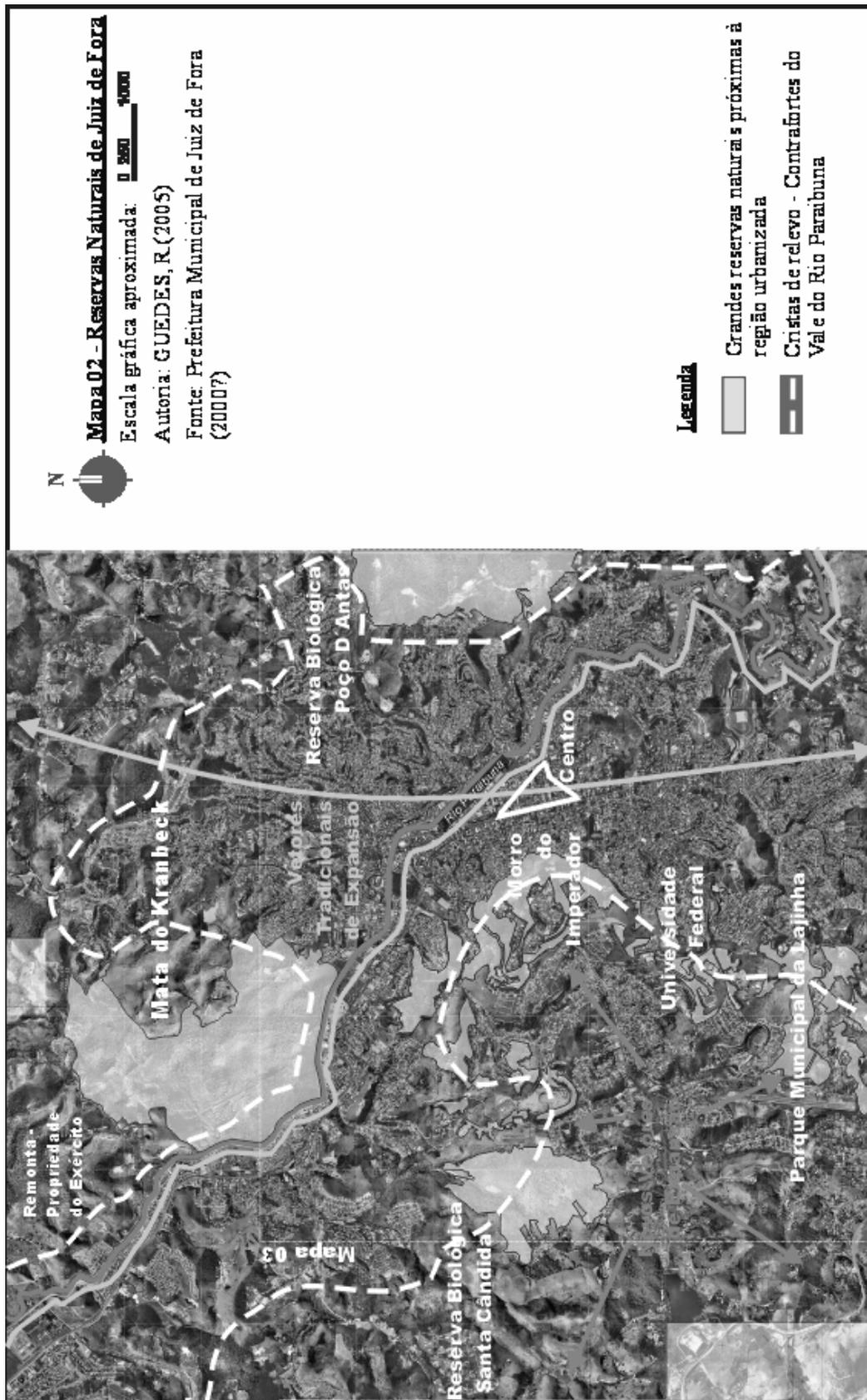
⁶ Ver www.ambientebrasil.com.br, acesso em 20 de março de 2005.

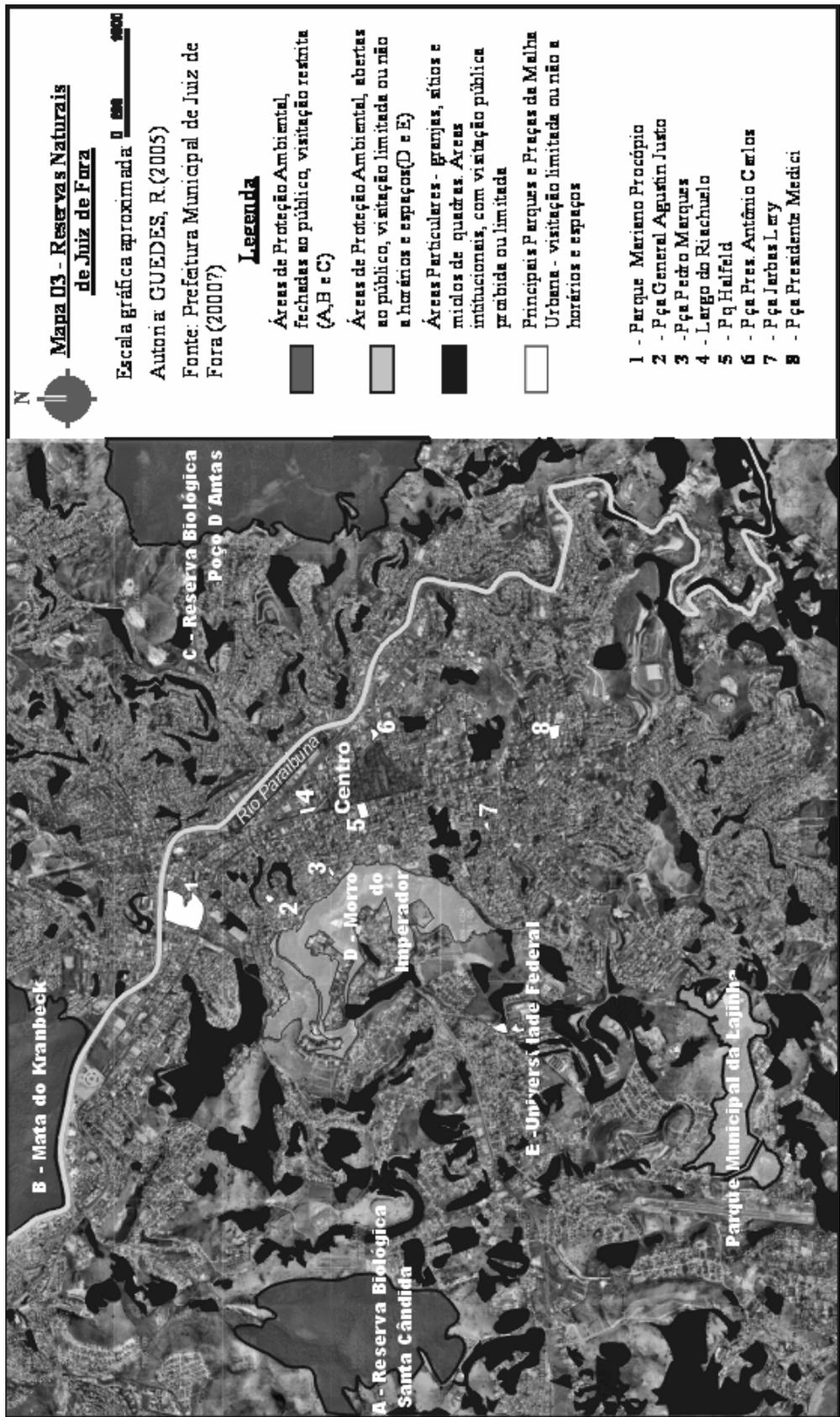
paisagística e arquitetônica adequadas e reestruturação das trilhas existentes. O mirante poderia ser um centro de irradiação, uma âncora, já que é um ponto de referência na paisagem, inclusive, por meio da comunicação visual e da linguagem espacial, como elo visual entre o Morro do Imperador e o Parque Halfeld, dois elementos de peso para a cultura local. O campus da Universidade Federal de Juiz de Fora é outra opção para esse grande complexo verde, na medida em que concentra grandes equipamentos e trilhas que se interligam com o mirante Sales de Oliveira.

Há também considerar a atual necessidade de diversificação de atividades em áreas verdes, isto é, a necessidade de atividades além da contemplação ambiental. Juiz de Fora comprova essa tendência, na medida em que suas melhores áreas verdes são aquelas que oferecem algo mais do que um simples passeio ou descanso em meio à vegetação. Uma atenção especial deve se voltar à vocação para atividades esportivas locais.

Estas propostas ganham peso à medida que integradas dentro de uma macro-proposta, que é a criação de um grande complexo verde para Juiz de Fora. A importância do vínculo de grandes reservas com áreas verdes públicas menores está justamente no crédito que essas áreas têm com a população, como se quis destacar nesse artigo. Torna-se mais fácil atrair o público para o lazer ligado à contemplação ambiental, a partir de lugares mais consolidados. Estudar as relações desse público com a temática proposta seria mais um passo para a criação de novos logradouros e parques inseridos em reservas, de modo a garantir áreas de lazer alternativas para uma superfície urbana densa e com poucas e mal distribuídas áreas verdes, embora a região ainda possua grande potencial de reservas naturais.







6. Referências

- CHACEL, Fernando Magalhães. *Paisagismo e Ecogênese*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.
- COLCHETE FILHO, Antonio F., Universidade e espaço urbano: o campus como lugar de lazer em Juiz de Fora. In: *11º Congresso da APDR*. Faro, setembro de 2005, pp. 1-19 (CD-Rom).
- COSTA, Renata & FERREIRA, Cássia. *Relação entre a incidência de vegetação e a poluição do ar na zona central da cidade de Juiz de Fora/MG*. Relatório de pesquisa. UFJF, 2005.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DE ANGELIS, Generoso *et al.* O emprego de instrumentos urbanísticos para a gestão de áreas verdes urbanas. In: NUTAU, 2004. São Paulo: NUTAU/USP, 2004, pp.1-12 (CD-Rom).
- GUEDES, Rafael. *Áreas naturais em Juiz de Fora: preservação e possibilidade de uso sustentável no espaço urbano*. Monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- GUIA DE BENS TOMBADOS de Juiz de Fora / Divisão de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Juiz de Fora (org.). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO. PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU*. (Vol. 2). Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1999.
- JUIZ DE FORA em dois tempos. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 1996.
- LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- MACEDO, Sílvio. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá/USP, 1999.
- MAGALHÃES, Manuela. *A arquitetura paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MEINIG, D.W. The beholding eye – ten versions of the same scene. In: MEINIG, D.W. (ed.). *The interpretation of ordinary landscapes*. New York: Oxford University Press, 1979.
- ODUM, Eugéne. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. Alvim, 1966.

SPIRN, Anne. *O jardim de granito*. São Paulo: Ed.USP, 1995.

TUAN. Yu-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. *Anuário Estatístico 2002*.

Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2002.